



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JÉSSICA RITA PEIXOTO RAMOS

**O AFROLETRAMENTO COMO LÍNGUAGEM PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA
NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BARREIRA, CEARÁ**

ACAPARE-CE

2023

JÉSSICA RITA PEIXOTO RAMOS

O AFROLETRAMENTO COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BARREIRA, CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de licenciatura plena em pedagogia, vinculado ao instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para obtenção do título de licenciado em pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosangela Ribeiro da Silva

ACAPARE-CE

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Sistema de Bibliotecas
da UNILAB Catalogação de Publicação na Fonte.

Ramos, Jessica Rita Peixoto.

O AFROLETRAMENTO COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA
NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BARREIRA CEARÁ /
Jessica Rita Peixoto Ramos. - Redenção, 2023.
43f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto De
Humanidades, Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: ROSANGELA RIBEIRO DA SILVA.

1. LEI 10.639/03. 2. LITERATURA AFRO-BRASILEIRA. 3.
AFROLETRAMENTO. 4. EDUCAÇÃO INFANTIL. I. SILVA, ROSANGELA
RIBEIRO DA. II. Título.

CE/UF/

JÉSSICA RITA PEIXOTO RAMOS

O AFROLETRAMENTO COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BARREIRA, CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de licenciatura plena em pedagogia, vinculado ao instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para obtenção do título de licenciado em pedagogia.

Data de Aprovação: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^a. Rosangela Ribeiro da Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof^ª. Dra.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof^ª. Dra.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

RESUMO

No presente trabalho apresento a proposta do Afroletramento na educação infantil como uma linguagem pedagógica baseada na literatura negra, para um letramento que promova a educação antirracista na escola, dialogando com base na Lei 10.639/03, com as contribuições teóricas de autores e autoras comprometidos com a inclusão da criança negra na escola pública, quais sejam: Nilma Lino Gomes (2012), Elizabete Nascimento(2010), Rebeca de Alcantara Meijer(2019), dentre autores como José Carlos Libaneo, nos quais contribuem com a análise da educação brasileira. Apresento, ainda, algumas experiências escolares desenvolvidas por mim em sala de aula, onde demonstro breves e iniciais alternativas metodológicas para discutir o currículo na Educação infantil. O objetivo de investigar sobre a existência da literatura afro-brasileira na educação infantil, igualmente, busca-se rastrear as contribuições teóricas e práticas de intelectuais negros e negras nesse campo. Desta forma, dialogo genuinamente sobre as possíveis contribuições para o fazer docente, a partir dos diálogos teóricos e práticos que possibilitem uma educação que converse e respeite a diversidade etnicorracial na escola.

Palavras-chaves: Lei 10.639/03. Literatura afro-brasileira. Afroletramento. Educação Infantil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A LEI 10.639/03 APÓS 20 ANOS DE PUBLICAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS ESCOLARES ANTIRRACISTAS E O AFLOLETRAMENTO.....	12
3	INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	15
3.1	Alfabetização e letramento indissociabilidade no fazer pedagógico.....	15
3.2	Práticas de letramento griô.....	20
4	LITERATURA AFRO-BRASILEIRA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	24
4.1	O Afroletramento: Prática pedagógica antirracista na sala de aula.....	28
4.2	Experiências antirracistas na sala de aula de educação infantil.....	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa com a temática do Afroletramento que tem por base a literatura Afro-brasileira como linguagem pedagógica antirracista na educação infantil, partiu do meu desejo de compreender como a infância na educação da escola pública poderá avançar no seu desenvolvimento com o uso desta Literatura, bem como da perspectiva do Afroletramento em sala de aula, como proposta que auxilie no campo da formação de professores na elaboração de práticas pedagógicas que contribuam com ações educativas antirracistas na sala de aula. Antes de prosseguir com a exposição da temática, gostaria de relatar como ocorreu minha aproximação com o tema.

A mesma ocorreu através de alguns componentes curriculares do curso de Pedagogia na UNILAB¹, a exemplo, a disciplina de Educação e Literatura Negra: potencialidades pedagógicas em narrativas, mitos, fábulas e contos africanos e afro-brasileiros, ministrada pela prof^a Dra. Jacqueline da Silva Costa, que em sua ementa traz sua proposta curricular sendo “Análise e debate sobre a literatura negra, afro-brasileira e africana, na perspectiva de diálogo, valorização e disseminação das narrativas, mitos, fábulas, contos e demais expressões da literatura negra, afro-brasileira e africana nas práticas educativas em sala de aula”. Dessa forma, durante as aulas a professora Jacqueline Costa trazia naquelas aulas contos africanos, livros e a partir deles desenvolvemos atividades, contações de histórias que futuramente nos ajudariam em sala de aula.

A componente, trouxe alguns exemplos de histórias infantis afro-brasileiras, e a partir daí fui me apaixonando mais ainda pela temática, instigando-me a buscar respostas sobre a mesma, além de me deixar inquieta numa elaboração de várias indagações, tais como: será de fato que essa literatura “esquecida” é valorizada na educação infantil? Será que as formas de preconceitos e/ou estereótipos invisibilizaram este tipo de literatura nas escolas? Se não há trabalho com esse tipo de literatura, o que explica a sua ausência na sala de aula ou na formação de professores? Esse seria um componente curricular necessário nos cursos de formação de professores, bem como nas formações continuadas? Há incentivadores dessa literatura? Se existem, quem são? Esses questionamentos levaram-me a adentrar nesse percurso sobre a (des) valorização e utilização da literatura Afro-brasileira na educação infantil no município de Barreira-Ceará.

¹ UNILAB. SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Disponível em: <<https://sig.unilab.edu.br/sigaa/verTelaLogin.do>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

Nesse sentido, mediante a ementa da componente curricular de Literatura Negra e do PPC do curso de Pedagogia que propõem a epistemologia africana, como vertente principal nos conteúdos apresentados em sala de aula, em uma tentativa de descolonização no presente currículo. A partir daí comecei a questionar e a pensar sobre estas questões raciais que sempre são tratadas durante o curso e a importância de se discutir sobre estes assuntos e tentar encontrar meios que poderiam contribuir para práticas antirracistas no ambiente escolar. Neste sentido, gostaria de mencionar um trecho que melhor exemplifica o que o presente curso de pedagogia na UNILAB é:

Formar para o exercício da Pedagogia, no sentido da produção e disseminação de conhecimento, na perspectiva de uma epistemologia da África e de suas diásporas, anti-racista e anti-colonial, promotora da efetiva valorização dos saberes científicos e ancestrais, com ênfase nos países que compõem a Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB,, 2014, p. 38).

Como é sabido, a Lei 10.639/03 garante a obrigatoriedade do ensino sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, na qual foi alterada como Lei 11.645/08 que inclui a história e educação indígena, mediante a esta referida Lei que nos assegura o ensino destes conteúdos voltados ao continente africano, como também poderá apresentá-los com esta mistura de África e Brasil, faremos uma análise do conhecimento dos/as professores/as em relação à mesma.

Desta forma, trazemos como objetivo da pesquisa investigar sobre a existência da literatura de base afro-brasileira na educação infantil, e se esta se caracteriza como um instrumento educativo e cultural, contribuindo para uma prática antirracista no ambiente escolar, bem como na sociedade. Igualmente, buscamos rastrear contribuições teóricas e práticas de intelectuais negros e negras que impulsionem um novo olhar para a literatura em tela que, por muitas vezes, nem é conhecida e/ou reconhecida. Dessa forma, “O trabalho educativo pode, assim, criar condições para as crianças conhecerem, descobrirem e ressignificarem novos sentimentos, valores, ideias, costumes e papéis sociais” (BRASIL, 1998, p. 11).

Pretendemos, outrossim, analisar os avanços e possibilidades do afro letramento como linguagem pedagógica, numa sala de aula da educação infantil em Barreira-CE. Como objetivos específicos queremos investigar as contribuições para o desenvolvimento das infâncias na educação infantil com o uso da literatura afro-brasileira, como, também, perceber a literatura afro-brasileira, com destaque para o Afroletramento como instrumento educativo e cultural, contribuindo para uma prática antirracista no ambiente escolar, e, rastrear

contribuições teóricas e práticas de intelectuais negras e negros sobre o uso da literatura negra na educação.

Como dito anteriormente sobre minha aproximação com a temática, que trata de questões raciais e antirracistas, como uma mulher branca, reconhecendo meus privilégios, e não estando no meu lugar de fala, gostaria de contribuir de alguma forma através desta pesquisa tanto para mim como uma futura educadora, quanto para outros educadores que virão, pois, acredito ser um assunto bastante pertinente e atual que sempre merece ser discutido, levando em consideração a proposta curricular do curso de Pedagogia, que é afrocentrada, como também a nossa universidade, a UNILAB, que nos emerge a esta conexão com o continente africano, visando práticas educativas antirracistas e a descolonização do currículo. Para melhor exemplificar trago o seguinte trecho da pesquisa da professora Rebeca Meijer (2019), que atua em nossa universidade e destaca que:

Trata-se de uma modalidade de saber docente resultante do exercício da valorização dos saberes dos antepassados afro-brasileiros e africanos presentes na formação cultural dos discentes de didática nos países da integração na Unilab. apresento algumas práticas pedagógicas realizadas como possibilidades para o desenvolvimento de uma educação descolonizante, comprometida com a implementação da Lei 10.639/2003 e enraizada em fundamentação afrocêntrica. (MEIJER, 2019, p. 600).

Quando falamos do continente africano, logo podemos pensar sobre a questão da ancestralidade que está sempre muito presente, como Meijer (2019) afirma acima e destaca sempre a importância desta ancestralidade, de parar e ouvir as histórias dos mais velhos, que parece um exercício simples mais que nos dias atuais se tornam cada vez mais difícil, pois como sabemos vivemos em uma sociedade totalmente conectada com as redes sociais ou mesmo com jornadas de trabalhos exaustivos que nos prendem de vivenciar estes momentos com os mais velhos, e estas perspectivas nos fazem repensar e parar para ouvir o outro, pois a partir disto podemos conhecer nossa história e de onde viemos.

No capítulo dois, inicio minha fala citando a Lei 10.639/03 que completa 20 anos de existência e logo, iniciaremos uma breve discussão sobre sua efetivação na escola, como também sobre a formação de professores que justamente implica na efetivação da Lei no âmbito escolar, e quais possíveis desafios podemos encontrar em sala, quando nos propomos a trabalhar com conteúdos africanos e afro-brasileiros.

O terceiro capítulo faremos um levantamento de dados do IBGE acerca do analfabetismo no Brasil, comparando ainda esses marcadores sociais com a cor de pele desses indivíduos e se isto de alguma forma implicaria com a educação que ele ou ela poderá receber.

Nos subtópicos deste capítulo começo falando ainda sobre alfabetização e letramento e sobre as práticas de ensino de letramento griô.

No quarto capítulo começamos a adentrar na discussão sobre literatura afro-brasileira, que é uma grande aliada quando falamos de educação das relações étnico-raciais para um fazer pedagógico antirracista em sala de aula. Desse modo, no subtópico abordaremos ainda, sobre o Afroletramento que é nosso principal enfoque desta pesquisa.

No último subtópico compartilho minhas experiências em sala de aula na rede pública de ensino, tentando implementar a Lei 10.639/03 com os recursos pedagógicos que a escola disponibiliza, e assim realizei três aulas voltadas a questões raciais durante este estágio, o que foi um desafio quando nos deparamos com materiais limitados sobre as questões étnico-raciais.

Portanto, diante do que vem sendo pesquisado sobre a temática em tela, pode-se compreender a sua importância, da busca de elementos de discussão sobre o mesmo, bem como a elaboração de recursos pedagógicos afrocentrados que contemplem a totalidade do ensino de África em sala de aula, pois como já foi anteriormente mencionado, o curso de Pedagogia da Unilab possui um olhar diferenciado que é voltado ao continente africano e que nos ensina a olhar as questões de cunho racial e cultural de uma forma mais consciente. Como bem afirma Meijer (2019) é enxergar a dor do outro e fazer algo para modificar esta realidade através do ensino, como a autora relata:

Compreendo a profissão docente como um exercício humano de imortalidade. Ao professorarmos deixamos fatalmente nossa existência permanecer viva no processo de ensino e aprendizagem. Ser imortalizado nos traz uma responsabilidade gigantesca, porque implica o impacto que nossas práticas pedagógicas terão na/no ser humano que nossas/os alunas/os serão. Perceber a docência nessa perspectiva é assumir que estamos a tratar de uma profissão que exige excelência para seu exercício. (MEIJER, 2019, p. 603).

Logo, podemos perceber a importância da docência na vida de um indivíduo, pois a mesma se caracteriza como uma etapa formadora deste estudante e os aprendizados que foram adquiridos ao longo da vida escolar, podem perpetuar por toda sua vida. por isso, nós enquanto educadores/as e/ou futuros educadores/as devemos redimensionar nossos conteúdos a fim de que contemplem todos/as e tragam esta nova abordagem em sala de aula, do afro-letramento, para melhor exemplificar as autoras Figueiredo e Pereira (2006) afirmam:

Nos primeiros anos do processo de escolarização, as crianças negras estabelecem, também, os primeiros contatos sociais fora dos grupos mais próximos, quais sejam, a família e os amigos, bem como se constata que as crianças negras sentem dificuldades por não se verem nos materiais pedagógicos, livros didáticos e paradidáticos e atividades produzidas na/pela escola. Assim, na escola ou em sala de aula, elas se sentem “outro”, o diferente, o inferior (FIGUEIREDO, PEREIRA, 2006, p. 72).

Desse modo, começamos a pensar na relevância de se trabalhar identidade negra para as crianças que estão em processo de formação, tanto física como mental, e esta seria a hora mais propícia para dar início a estes conteúdos que trazem reconhecimento identitário, pertencimento e assim vão construindo sua identidade através destas práticas pedagógicas afro-centradas.

A metodologia escolhida para se trabalhar nesta pesquisa seria a abordagem qualitativa, o tipo de pesquisa seria caracterizada bibliográfica e ação participante com crianças na educação infantil, como também farei uma produção de dados que consegui obter através da minha observação participante em sala de aula, na Escola Boanerges Jacó na cidade de Barreira-Ce.

2. A LEI 10.639/03 APÓS 20 ANOS DE PUBLICAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS ESCOLARES ANTIRRACISTAS E O AFLOLETRAMENTO

A partir das leituras neste processo de construção do presente trabalho, gostaria de fazer uma discussão sobre os 20 anos de publicação da Lei 10.639/03 e as propostas de educação antirracista como forma de contribuir para a autoestima de crianças e jovens negras e negros na sala de aula.

Desse modo, apresento brevemente sobre a importância da Lei 10.639/03 que assegura a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira, no ensino fundamental e no ensino médio, o que é uma grande conquista. Haja vista que por mais que a Lei exista, sua efetivação nas escolas ainda é um tanto desconhecida por parte dos/as professores/as, o que torna sua aplicabilidade ser inefetiva no âmbito escolar.

Como é sabido a referida Lei assegura que estes conteúdos de base africana e afrobrasileira estejam presentes no currículo escolar, como também da formação docente para a garantia de uma educação antirracista², com uma formação docente afrocentrada possamos assegurar uma mudança no presente currículo educacional e o conhecimento da Lei e sua efetivação por parte desses professores/as. Desse modo Gomes (2005) pontua:

Julgo que seria interessante se pudéssemos construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal. Dessa forma, o entendimento dos conceitos estaria associado às experiências concretas, possibilitando uma mudança de valores (GOMES, 2005, p. 149).

Portanto, podemos entender a partir deste pensamento que a formação de educadores necessita de um olhar especial, pautada no conhecimento e valorização da cultura negra africana e afro-brasileira, a fim de propor um novo olhar que seria afrocêntrico, onde se opõe ao modelo atual de currículo educacional que, caracterizado como eurocêntrico, não cabe mais a nossa realidade.

² AUTORIA DESCONHECIDA. **Elaborado pelo Projeto Seta, iniciativa de educação antirracista de sete organizações da sociedade civil, vídeo reitera que "Sem respeito à memória, não há mudança" no Brasil.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/20-anos-da-lei-10-639-03-animacao-destaca-importancia-e-descaso-com-historia-das-culturas-afro-brasileira-e-africana/?gclid=Cj0KCQjw4NujBhC5ARIsAF4Iv6d__DzRc42DX8RIG9KaeatFpNmKZfgrpSNBw4ON6QTU2D7CixF42xEaAm_WEALw_wcB>. Acesso em: 04 jun. 2023.

Acredito que desmontar os estereótipos possa vir a ser um dos objetivos específicos dos cursos de formação de professores, especialmente para os das séries iniciais, como uma das formas de visibilizar as diferentes práticas cotidianas, experiências e processos culturais, sem o estigma da desigualdade, colocando todos eles como parte do passado significativo, da tradição e do conhecimento universal (SILVA, 2005, p. 22).

Por isso, deve-se avaliar os conteúdos que estão sendo utilizados nas escolas a fim de não continuar propagando formas de racismo, mas que para isso aconteça, é necessário que haja formações continuadas com os(as) professores/as para melhor prepará-los para lecionar sobre estas temáticas de cunho racial. A partir deste pensamento Silva (2005) destaca:

Conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira, deve ser o objetivo específico da introdução nos currículos do tema transversal Pluralidade Cultural e Educação, que considero universal, pela sua abrangência e importância social (p. 21).

Nós enquanto futuros docentes devemos reavaliar os modelos tradicionais de ensino em que vimos durante, nossa vida escolar, nos estágios e a partir disso ver mediante as estas práticas educacionais presentes o que se pode aproveitar e o que precisa ser modificado, pois com o passar dos anos novas pesquisas no âmbito educacional estão sendo realizadas e estamos em um contínuo processo de mudanças e isso se aplica aos métodos atuais de ensino. Desse modo, Libâneo (2012) afirma:

Assim, não se trata de manter aquela velha escola assentada no conhecimento, isto é, no domínio dos conteúdos, mas de conceber uma escola que valoriza formas de organização das relações humanas nas quais prevaleçam a integração social, a convivência entre diferentes, o compartilhamento de culturas, o encontro e a solidariedade entre as pessoas (p. 17).

Pensar numa nova escola, que de fato inclua a todas as crianças na sua diversidade de gênero, raça e classe, é pensar numa nova linguagem voltada à alfabetização e ao letramento na educação infantil, com uma linguagem afroletrada, na qual seria uma prática educacional de efetivação dos elementos da Lei 10.639/03 e possibilitando alfabetizar crianças a partir da cultura africana e afro-brasileira, como uma das formas de combater o racismo na educação infantil. A partir disso Gomes destaca:

E é justamente o campo dos valores que apresenta uma maior complexidade, quando pensamos em estratégias de combate ao racismo e de valorização da população negra na escola brasileira. Tocar no campo dos valores, das identidades, mexe com questões

delicadas e subjetivas e nos leva a refletir sobre os diversos temas presentes no campo educacional (GOMES, 2005, p. 149).

Contudo, que estamos vendo para a devida efetivação da Lei necessita-se que primeiramente haja no currículo de formação docente conteúdos de base africana, como por exemplo, em nossa universidade, na Unilab, que dispõe de um currículo afrocentrado e que forma educadores/as preparados para discutir as questões raciais dentro de sala de aula, com novas perspectivas educacionais. E assim tentar modificar este currículo, com perspectivas africanas e afro-brasileiras, para uma educação antirracista dentro do âmbito escolar.

3 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Neste espaço gostaria de destacar minhas experiências no âmbito educacional, mostrando ainda a realidade da escola pública que atuo, e, fazendo um diálogo com alguns autores/as, que trarão contribuições para práticas educativas que melhor conversem com as crianças nesta etapa educacional, em especial a criança negra, como também para que possamos unir estas metodologias de ensino para dentro da realidade da escola, que na maioria das vezes é precária.

3.1 Alfabetização e letramento indissociabilidade no fazer pedagógico

Quando falamos em alfabetização e letramento, podemos pensar nisso como um processo ao qual o indivíduo pode levar um tempo para assimilar todos estes requisitos que a língua portuguesa necessita, e como sabemos a alfabetização é um processo muito importante, pois é a partir dela, e nela, que se vivenciam os outros processos de aquisição de conhecimentos dentro da escola.

Antes de falarmos como ocorre este processo de alfabetização e letramento não poderíamos deixar de falar no analfabetismo que, ainda, sim, faz parte da realidade de 6,6% da população brasileira, totalizando 11 milhões de analfabetos, segundo o IBGE (2019)³. Quando trazemos esse percentual para o nordeste ele infelizmente só aumenta e chega a 13,9%, o que resulta a uma parcela de pessoas que não possuem estes conhecimentos tão relevantes na vida de uma pessoa, significando o reflexo de uma educação que ainda não consegue amparar a todos/as, configurando-se numa desigualdade educacional.

Segundo o IBGE, a parcela de pessoas pretas ou pardas a taxa de analfabetismo seria de 8,9% mais que o dobro quando comparamos com pessoas brancas que são cerca de 3,6%. Diante destas taxas e do aumento do analfabetismo de pessoas negras, podemos começar a problematizar a educação que é um direito de todos, mas quando posto em números podemos ver a diferença de pessoas brancas e negras alfabetizadas. Desse modo, Figueiredo e Pereira

³ AUTORIA DESCONHECIDA. Conheça o Brasil - População. Educação. **IBGE Educa**. Disponível em: <[https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20para,\(3%2C6%25\)>](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20para,(3%2C6%25)>)>. Acesso em: 08 jun. 2023.

apontam “ A realidade brasileira também demonstra, nos censos realizados, que a criança negra é a que menos têm acesso a escolarização. Logo estão colocadas à margem da sociedade.” (2006, p. 76).

Diante desta face desigual da educação, pontuamos que quando se fala na educação que se aplica como um direito de todos(as) e mediante os dados apresentados podemos ver com estes números que a população negra possui menos escolarização, isso pode se dar por conta de questões sociais e raciais que acabam dificultando o acesso da população negra e indígena à educação, como Pereira (1987) pontua:

A primeira ordem de considerações é de que as crianças negras [ou tidas como tais], por pertencerem às camadas mais carentes da população nacional, parecem constituir-se, percentualmente, no maior contingente de crianças abandonadas das grandes cidades brasileiras (PEREIRA, 1987. p. 42).

Logo, podemos perceber que quando falamos em educação, ou escolarização de crianças encontramos a difícil tarefa de que o governo garanta a permanência destes indivíduos e que tenham acesso a esta educação, como aponta Libâneo (2012): “Tem sido constante, nos meios intelectual e institucional do campo da educação, a constatação de um quadro sombrio da escola pública. No âmbito das análises externas, dados estatísticos e pesquisas apontam sua deterioração e ineficácia” (p.16), pois como sabemos muitos enfrentam condições precárias, e acabam precisando recorrer ao trabalho muito cedo para não passar necessidade, tendo em vista a questão do abandono que acaba se apresentando como mais um fator neste índice. Continuando ainda sobre o que está sendo discutido Pereira (1987) continua:

A segunda ordem de consideração é de que dentre todos os grupos étnicos que compoem a sociedade plurirracial brasileira, o negro é o que apresenta menor índice de escolaridade[...] a criança negra não tem tido a mesma chance de acesso a sociabilização sistemática, isto é, a escola, mesmo sem perder de vista que a rede de ensino básico é gratuita em todo o país (p. 42).

Desse modo, podemos refletir sobre quais indivíduos estão inseridos nesta parcela de analfabetos, como bem se sabe a educação é um direito de todos(as), mas necessita-se que para que esta educação seja efetivada, os estudantes precisam de uma educação de qualidade, materiais básicos como: livro, caderno, lápis etc, como o governo poderia desenvolver estratégias que assegurariam a permanência destes estudantes ou mesmo projetos pedagógicos

que conversem com a realidade do/a aluno/a e assim farão toda diferença na aprendizagem. diante desta perspectiva Libâneo (2012) pondera:

Em face desses problemas, circula no meio educacional uma variedade de propostas sobre as funções da escola, propostas estas frequentemente antagônicas, indo desde as que pedem o retorno da escola *tradicional*, até as que preferem que ela cumpra missões sociais e assistenciais. Ambas as posições explicitaram tendências polarizadas, indicando o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social” (p. 16).

Mediante o que está sendo discutido gostaria de pontuar a partir da comparativa destas duas vertentes que o autor Libâneo apresenta em sua pesquisa, de uma educação social e a educação voltada a conteúdos e tecnologias, como já mencionado as duas são propostas diferentes e são ofertadas para classes distintas, ricos e pobres. como é sabido em nossa sociedade possui classes sociais distintas, mas gostaria de problematizar a questão da qualidade da educação ofertada na rede pública para as crianças, onde a mesma não consegue amparar todas as suas necessidades, quando falamos de marcadores sociais em relação a pobreza, o abandono, o trabalho infantil, etc.

Diante destes marcadores sociais a educação pública deve ser voltada e não somente para este sentido, como oferecendo uma educação de qualidade, onde estas crianças através dos estudos consigam modificar suas realidades e tenham melhores condições de vida.

Boa parte do percentual de analfabetos são oriundos de classes economicamente baixas, segundo Geledés⁴ em parceria com Unicef apontam que “seis em cada dez crianças e adolescentes brasileiros conviviam em 2019 com um ou mais aspectos da pobreza, que são trabalho infantil e privações de acesso à moradia digna, água, saneamento, informação, renda, alimentação e educação”. São famílias que não possuem condições financeiras boas, acabam não tendo como disponibilizar nem materiais considerados básicos para levar para levar para escola, muito menos alimento como acabamos de ler.

Como já presenciei uma situação em que o aluno disse que seu pai não tinha dinheiro para comprar um caderno para ele, o que só nos remete a uma sociedade desigual e que não dispõe de chances igualitárias nos processos educacionais, levando em consideração

⁴ CASTELANI, Clayton. Brasil tem 32 milhões de crianças e adolescentes na pobreza, diz Unicef. **Folha de São Paulo**, 2023. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/brasil-tem-32-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-diz-unicef/>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

as vivências e as condições financeiras deste indivíduo, que por muitas vezes poderá trazer uma desvantagem quando se tem menos condição financeira. Desse modo Libâneo pontua:

Busca-se, então, outro tipo de escola, abrindo espaço e tempos que venham atender as necessidades básicas de aprendizagem (reduzidas, como veremos adiante, a necessidades mínimas), tomadas como eixo do desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a escola se caracterizará como lugar de ações socioeducativas mais amplas, visando ao atendimento das diferenças individuais e sociais e a integração social. Com apoio em premissas pedagógicas humanitárias, concebeu-se uma escola que primasse, antes de tudo, pela consideração das diferenças psicológicas de ritmo de aprendizagem e das diferenças sociais e culturais, pela flexibilização das práticas de avaliação escolar pelo clima de convivência-tudo em nome da intitulada educação inclusiva (LIBÂNEO, 2012, p.17).

Com todas estas limitações na educação pública não podemos desistir de ofertar uma educação de mais qualidade para os/as estudantes, e a partir de muitas indagações estaremos construindo e criando possibilidades para tentar trazer melhores metodologias de ensino para os estudantes da rede pública e assim possibilitar um futuro com melhores oportunidades.

Para além do analfabetismo, podemos classificar ainda uma outra vertente provinda do mesmo que é chamada de analfabetismo funcional que é caracterizada quando a pessoa não consegue interpretar aquilo que ler, não conseguem realizar operações matemáticas básicas e que somam um total de 29 milhões de pessoas, segundo o portal de notícias G1⁵. Podemos ver o reflexo de uma educação que ainda precisa melhorar em muitos quesitos, para que estes números não fiquem cada vez mais crescentes em nossa sociedade.

Portanto, a primeira coisa que se pode perceber é de que alfabetização e letramento caminham juntas, haja vista que as duas separadas possuem processos e objetivos específicos, pois a alfabetização é um processo no qual o (a) aluno (a) é apresentado a um código social que é determinado através de letras e números e que este indivíduo terá que aprender, para se comunicar através de forma escrita. Este processo ao contrário do letramento ele possui um fim, que ocorre quando as habilidades apresentadas são compreendidas. Desse modo, para melhor exemplificar o que está sendo dito gostaria de citar Kleiman (1995):

Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos(...) As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro da prática social segundo o

⁵ AUTORIA DESCONHECIDA. Analfabetismo funcional atinge 29% da população brasileira. **G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-jaragua-do-sul/viver-jaragua/noticia/2021/11/12/analfabetismo-funcional-atinge-29percent-da-populacao-brasileira.ghtml>>. Acesso em: 7 mai. 2023.

qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática - de fato, dominante - que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita (p. 19).

Com relação ao processo de alfabetização, Soares afirma que (2020, p. 11) “alfabetização não é a aprendizagem de um código, mas a aprendizagem de um sistema de representação, em que signos (grafemas) representam, não codificam, os sons da fala (os fonemas).” Como podemos perceber mediante a esta afirmação o processo que envolve a alfabetização e letramento de um indivíduo não é nada fácil, pois não se trata de decorarmos apenas letras e sons, necessitamos compreender de fato, pois a língua portuguesa muda bastantes seus fonemas e grafemas de acordo com a escrita.

O letramento por sua vez está atrelado à alfabetização, mas dará um novo significado a ela, pois aqui vai exigir uma compreensão do (a) educando (a) nos textos trabalhados e na leitura. O processo do letramento não tem fim, pois ele se estende durante toda a nossa vida e assim este processo vai ganhando significado, pois como vivemos em sociedade necessitamos saber e compreender criticamente o que acontece em nossa volta. Conforme Soares (2020, p.09) é necessário que “consideremos a aprendizagem da língua escrita, condição necessária para a continuidade no processo de escolarização em todas as áreas e todos os níveis de ensino.” Dessa forma, podemos entender a real importância que a alfabetização possui na vida de um indivíduo.

Quando falamos de conhecimento devemos ter em vista que as aprendizagens que se perpetuam em nossa volta, possuem seu valor e devem sim serem considerados no meio educacional, isso porque nos remete a ideia de pertencimento e torna a aprendizagem muito mais prazerosa e rica quando consideramos o aspecto multicultural como Felipe e Zappone relatam:

Cabe aos pesquisadores uma reflexão sobre suas práticas de análise e as escolhas dos textos, para não perpetuar uma visão unilateral da história e dos indivíduos. Por esta razão, faz-se aqui um esforço pelo olhar multicultural, a fim de que a escola reconheça as culturas locais de seus alunos, funcionários e professores. e que estes últimos saibam escolher textos e eventos de letramento cuja natureza seja crítica e ética, resgatando, e pondo em prática, os princípios epistemológicos já previstos nas OCNEM que surgem como base educacional. (FELIPE, ZAPPONE, 2019, p. 13).

Desse modo, pudemos discutir um pouco sobre o processo de alfabetização e letramento a níveis técnicos. Pois, quando levamos estes conhecimentos para dentro de sala de aula com crianças pequenas, necessitamos adaptar todos estes conceitos a uma forma lúdica

para que as crianças consigam, de fato, compreender as atividades pedagógicas propostas que vem sendo apresentado na sala de aula.

3.2 Práticas de letramento griô

Neste subtópico, gostaria de abrir um parêntese para falar sobre o letramento griô que são considerados na cultura africana como pessoas geralmente mais velhas que guardam conhecimentos e que repassam para os mais novos, tudo através da oralidade. Tudo isso nos leva à reflexão que mesmo em tempos modernos, com toda agitação do dia-a-dia, necessitamos ouvir os mais velhos, pois eles possuem muitos conhecimentos.

Dando continuidade a esta linha de pensamento sobre ancestralidade, gostaria de abrir um parêntese para falar sobre práticas de letramento griô, para isso vamos entender um pouco sobre o griot africano e o griô brasileiro e apontar as diferenças e as semelhanças que ambos possuem. Desse modo, gostaria de fazer menção das autoras Ferreira e Oliveira para enriquecer ainda mais este diálogo:

Os griôs da diáspora africana são pessoas que guardam em si ensinamentos, cosmovisões, de mundo africanas, saberes ancestrais preservados através de tradição oral ao longo de suas vidas. A palavra portuguesa griô origina-se da palavra griot, que é usada para designar a função social de pessoas que preservam memórias e fazem circular as palavras da África ocidental, atualmente formada por 16 países: Mauritânia, Mali, Níger, Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, São Tomé e Príncipe (FERREIRA, OLIVEIRA, 2020, p. 6).

Logo, quando falamos em griô aqui no Brasil, segundo as autoras Ferreira e Oliveira, se trata de “Pessoas que preservam e transmitem de geração em geração saberes e conhecimentos oriundos da tradição oral” (2020, p. 07). Portanto, podemos perceber que as tradições e saberes orais são heranças do continente africano, e que estão presentes no nosso dia-a-dia, nas conversas com os mais velhos, nas ervas medicinais, nos saberes populares e etc, todas estas coisas contam nossa história e dos nossos ancestrais e a partir disto podemos aprender lições valiosas e saberes que a ciência não é capaz de explicar.

Ainda sobre os griôs, é correto afirmar a existência de um projeto de Lei de nº 1.786, de 2011, que “institui a política nacional griô, para a transmissão dos saberes e fazeres de

tradição oral.” a referida Lei ⁶Ainda está em trâmite, mas já pode ser considerada uma vitória, fruto de lutas segundo as autoras Ferreira e Oliveira “O ponto de cultura grão de luz e griô, da Bahia, mobilizou o surgimento de redes de valorização dos saberes tradicionais e pessoas que possuem esses saberes. Desse movimento, criou-se a Ação Griô nacional em 2006 e a Lei nº 1.786.” (2020, p.07) como podemos ver tudo isto são a partir de lutas, movimentos e projetos para que consigamos implementar em sala de aula conteúdos africanos.

A partir do que vem sendo apresentado sobre Afroletramento e literatura afro-brasileira e o que ambas possuem em comum seria a afrocentricidade, e o que seria afrocentricidade afinal? para responder esta pergunta irei compartilhar o pensamento do autor Molefi Kete Asante que afirma “ a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos, atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos.” (2009, p. 93).

Portanto, podemos pensar que esta perspectiva é o caminho que iremos percorrer quanto às práticas pedagógicas que serão desenvolvidas a partir deste pensamento, que coloca a população negra como pessoas atuantes em suas próprias decisões e nas suas histórias, tendo em vista também a suas raízes africanas e afro-brasileiras que fazem parte daquilo em que são.

Busco nesta pesquisa, conhecer práticas antirracistas em sala de aula, como o Afroletramento que é uma nova visão de alfabetização e letramento, numa perspectiva afrocentrada e que conseguiríamos letrar estes estudantes e ao mesmo tempo, poderíamos problematizar sobre questões raciais e de racismo, e discuti-los em sala, como por exemplo identidade, religião, cultura, danças e as influências da nossa linguagem, o nosso falar português e cultura com a África.

Dentre os recursos pedagógicos afrocentrados que busco trazer nesta pesquisa a literatura afro-brasileira e africana seria um importante recurso para trabalhar e discutir África em sala de aula, e por se tratar de educação infantil a literatura seria trazida com muitas desenhos e cores, para melhor ilustrar os personagens e desmistificar os preconceitos tomando por exemplo os orixás que são considerados deuses da cultura africana e que aqui no Brasil são vistos de uma forma negativa e até mesmo estão constantemente sendo associados a coisas ruins. A partir destes pensamentos as autoras Ferreira e Oliveira destacam:

Trata-se de uma literatura que insere a pessoa negra de maneira positiva nas histórias. Uma produção literária que busca romper com estereótipos, representações

⁶BRASIL. **Projeto de Lei nº 1786/2011**. Inteiro teor. Situação: Apensado ao PL 1176/2011. Autor: FEGHALI, Jandira. Brasília, DF, 2011.

depreciativas e as ausências na história da literatura infantojuvenil brasileira. Os princípios de ancestralidade aparecem nos textos que transmitem valores e saberes tradicionais da cosmovisão de mundo africanas (FERREIRA, OLIVEIRA, 2020, p. 09).

Nesse sentido, buscamos apresentá-los às crianças de uma forma lúdica para que haja uma melhor compreensão do que eles realmente representam, como as autoras Ferreira e Oliveira (2020) trazem é correto pensar que as literaturas afro-centradas são uma das práticas pedagógicas antirracistas que iremos nos debruçar nesta pesquisa, e como as autoras evidenciam:

As histórias que tratam da identidade negra são aquelas que apresentam as características e a história de negros e negras, valorizando sua presença na sociedade. Os elementos da representatividade ocorrem quando estereótipos e estigmas são lugar a identidades positivas e legítimas (FERREIRA, OLIVEIRA, 2020, p. 09).

Levando para um contexto histórico, podemos rememorar a falta de autores/as que tratassem sobre essa temática racial de uma forma positiva, e em contraponto temos exemplos de autores como Monteiro Lobato um dos escritores brasileiros que se faz bastante conhecido, mas que por outro lado em suas narrativas só reforçava preconceitos segundo as autoras Ferreira e Oliveira apontam:

No Brasil, o percusor da Literatura infantil é Monteiro Lobato, que reproduziu fielmente a mentalidade da época em relação aos negros e negras na sociedade, criando personagens estigmatizados e estereotipados e colocando na fala dos protagonistas brancos o repertório preconceituoso de sua época (FERREIRA, OLIVEIRA, 2020, p. 09).

Desse modo, segundo as autoras Ferreira e Oliveira (2020, p.10) “somente a partir dos anos 1980 surgiram os primeiros livros com uma proposta diferente, dos quais podemos destacar como Júlio Emílio Braz, com Saguairu, Sonia Rosa, com O menino nito...” podemos fazer menção também de muitos outros escritores que trazem essa literatura afro-brasileira como as autoras Ferreira e Oliveira continuam: “Aroldo Campos e Oswaldo Faustino, com Luana, a Menina que viu o Brasil Neném (Primeira heroína negra na literatura infantil) e Heloisa Pires Lima, com Histórias da Preta.”(2020, p. 10) estes foram alguns exemplos de alguns propulsores das narrativas afrocentricas e que fizeram e fazem história na educação com estas novas abordagens, tratando de questões de cunho racial.

Nos dias atuais, dispomos de uma variedade bem maior de autores e autoras como Kiusam Oliveira, bell hooks, Rebeca Meijer, Patrícia Adjoké Matos, dentre outras autoras, que trazem em suas histórias e contos infantis essa afrocentricidade para dentro de suas narrativas,

oferecendo aos docentes recurso pedagógico para o desenvolvimento de atividades, projetos, jogos e brincadeiras que poderiam ser desenvolvidos através destas obras, e que no passado nós encontramos bem poucos escritores e escritoras dispostos a se debruçar diante de temáticas de cunho racial, do continente africano e afro-brasileiro.

4 LITERATURA AFRO-BRASILEIRA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Neste capítulo, gostaria de falar um pouco sobre a literatura afro-brasileira que se correlaciona com o Afroletramento, onde as duas possuem uma mesma finalidade que é de letrar aquela criança em uma perspectiva afrocentrada. Desse modo, o uso dessa literatura será um recurso pedagógico de grande importância, como já tentei utilizar no estágio.

É importante perceber o elo entre a literatura afro-brasileira e o Afroletramento como práticas educacionais antirracistas nesse sentido, que podem ser utilizadas no âmbito escolar, como proposta pedagógica de motivar os indivíduos a respeito das diferenças raciais existentes, dentre outras diferenças, e evidenciar que o respeito e a valorização da identidade da pessoa negra, bem como da pessoa indígena, dentre outras.

Primeiramente, gostaria de tratar brevemente, neste bloco, sobre a literatura afro-brasileira. Segundo Sousa (2005) a literatura afro-brasileira é um importante instrumento na educação infantil, como também nas séries iniciais, isso se dá porque ela vem para quebrar paradigmas rudimentares e preconceituosos imersos em nossa sociedade acerca do povo africano. Essa literatura promete fazer com que as crianças negras reafirmem suas identidades e ganhem mais igualdade e respeito, além de possibilitar às outras crianças a aprendizagem sobre a cultura africana.

Como costumamos ver o negro na literatura brasileira é visto com muito preconceito, quase sempre desempenhava um papel de menor prestígio perante a sociedade, era inferiorizado, principalmente as mulheres, que na maioria das vezes era posta como secretária do lar, estavam sempre sendo subordinados nas histórias. Desse modo, a literatura afro vem para modificar esta antiga estrutura e recolocar a pessoa negra em um lugar que ela esteja como papel principal.

Contextualizado melhor podemos citar a luta da população negra com Gonçalves e Silva (2000) que abordam a temática do movimento negro e educação e contam como se deu a luta pela escolarização do negro. A população negra antigamente não possuía escolarização, mas há casos de escravos que possuíam, quando isso acontecia geralmente havia um jogo de interesse nas entrelinhas, conforme aponta o texto a seguir:

Como podemos ver, alguns casos de escolarização de escravos em mãos de jesuítas se devem muito mais à necessidade de submetê-los a um rígido controle de seus senhores missionários de que a um projeto com vistas a mudar o destino dos cativos. (GONÇALVES, SILVA, 2000, p. 135).

Com isso, a população negra resolveu lutar para obter educação levando à criação do movimento negro, uma vez que o estado estava de certa forma, passivo a essa não escolarização. Dessa forma, a população negra resolveu unir forças na tentativa de lutar pelos seus direitos principalmente os básicos que se aplicam a saúde e a educação, e mostrando assim uma auto afirmação cultural, racial e identitária perante o estado, sendo este movimento contra a esta aculturação.

Desde o movimento negro, ou bem antes, podemos perceber a constante luta tanto pela educação, quanto por respeito e igualdade social, a luta ainda não acabou, mas nos enquanto futuros educadores/as buscamos trazer contribuições positivas nas pesquisas e nos desafios em sala de aula com relação a implementação da lei 10.639 que ainda não é tão conhecida por partes de alguns educadores/as nas escolas. Sendo assim, a literatura afro-brasileira e o Afroletramento configuram possíveis ferramentas educacionais que irão mediar os conhecimentos sobre o continente africano.

A literatura é um importante instrumento para o desenvolvimento de uma pessoa, principalmente na infância que os valores ainda estão sendo estabelecidos, prontos a serem moldados e incorporados. A ideia que Cândido (1972) retoma sobre a literatura, faz-nos entender que “é a arte que transforma/humaniza o homem em sociedade. A literatura como produção humana está intrinsecamente ligada à vida social (p. 803-809)”.

Sendo assim a literatura se faz muito relevante na construção da identidade da criança, do conhecimento das suas origens africanas, dos seus traços, das religiões que se assemelham em alguns pontos com a nossa religião, estas obras afro-brasileiras possibilitam esta conexão entre Brasil e África, que como já estudamos estão ligados historicamente desde o período da escravização, e conhecer um pouco mais sobre esta cultura é conhecer também a nossa.

Os livros de literatura afro-brasileira, inclusive , das autoras supracitadas são uma nova fonte de conhecimentos, é a visão da cultura africana juntamente com a nossa cultura, fazendo assim uma ligação desses dois pólos culturais em favor da educação e do desenvolvimento infantil. Essa literatura é uma ferramenta essencial na educação das crianças, principalmente as crianças negras, que veriam personagens negros com papéis principais, eles terão a chance de conhecer um pouco da cultura africana, que os ajudará a combater determinadas formas de preconceitos e/ou estereótipos que sempre são recorrentes em nossa sociedade. Com isso a autora pontua:

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos (SILVA, 2005, p. 23).

A partir desta forma de pensar, os contos afro-brasileiros trazem muito mais personagens negros do que brancos, aumentando assim a representatividade do negro nas histórias infantis e trazendo uma auto identificação para as crianças negras que estão lendo, contos e se vendo nas personagens.

Para muitas crianças ainda é muito difícil a aceitação dessa tão grande visibilidade do negro nessas histórias, isso pelo fato de que quase nunca se via personagens negros com papéis de destaque nos contos e a princípio pode-se causar um estranhamento por parte dos pequenos, mas a partir do trabalho diário com essa temática, isso poderá mudar positivamente.

Como já vem sendo falado, a literatura infantil é um meio pedagógico e cultural muito importante para as crianças, que estão em um contínuo processo de formação identitária. A literatura afro-brasileira traz consigo uma valorização do negro nos contos, mostram outras vertentes do continente africano, que não se aplicam mais aquelas, atribuídas a pobreza e a miséria. As histórias são de variadas temáticas e despertam curiosidade dos pequenos, que nunca tiveram contato com estes novos contos. Desse modo, ainda sobre a temática referida os autores ressaltam:

O trabalho com a literatura Africana e Afro-brasileira permite também o contato com literaturas desconhecidas ou marginalizadas pela escola, a valorização dessa Cultura apresenta a África como um continente multicultural e permite a construção de imagens positivas de negras e negros, rompendo assim a imagem do negro aculturado, vítima de discriminação pelos brancos, dos seus valores culturais e mostrando o negro como sujeito histórico, inserido em estratégia de poder, afirmação política e reformulação positiva de sua identidade (GUIMARÃES, DANTAS, MOURA, 2013, p. 10).

Dessa forma, podemos compreender que estas literaturas evidenciam a cultura africana, como também trazem elementos culturais que nós acabamos nos apropriando no período da escravização e que está imerso em nossa sociedade, sendo ainda desconhecido por parte da maioria. A partir das leituras com estes livros, podemos entender de fato sobre a cultura africana e afro-brasileira, e com estas ilustrações possibilitar uma melhor compreensão dos pequenos sobre África, sobre identidade negra, sobre esse misto de culturas que hoje se tornou a nossa.

Portanto, tentar introduzir estas narrativas negras pode se tornar um desafio e tanto, pois através do estágio na escola, consegui ver a dificuldade que se tem, com a questão dos livros de literatura afro-brasileira que são praticamente inexistentes, também podemos pontuar o desconhecimento de muitos profissionais com a lei 10639 na escola, com a falta de formações e conhecimentos sobre a temática para os docentes, são uma série de fatores que acabam não contribuindo para que estes conhecimentos sejam repassados, mas nós enquanto futuros educadores e pesquisadores estamos diariamente buscando formas de introduzir estes conhecimentos para sala de aula.

Portanto, cabe a escola e ao estado, repensar estratégias metodológicas que dêem conta de amparar a Lei 10639/03, para que os profissionais de ensino possuam formações voltadas para a referida lei, e que assim consigam trazer conteúdos afrocentrados para dentro de sala de aula, dentre os caminhos metodológicos, estamos evidenciando dois, que seria a literatura afro-brasileira e o Afroletramento onde ambos são meios pedagógicos de se conhecer a África.

Quando voltamos nossos olhares para dentro do âmbito escolar, ou mesmo para o meio social podemos perceber que infelizmente ainda se fala muito resumido e de uma forma equivocada sobre o continente africano, e quando é falado por exemplo nos desenhos infantis ou nos livros, eles só evidenciam uma parte, trazendo a ideia como se a África se resumisse a um só país, em ambientes de savanas, animais selvagens, ou pior no que se relembra e reforça a história da escravidão, perpetuando esta ideia na cabeça das crianças e elas acabam refletindo isso em seu modo de vida, nas relações sociais e desenvolvem assim o preconceito acerca deste espaço, em uma visão deturpada e limitada. Esta visão acaba se perpetuando em nossa sociedade, mas nós enquanto futuros(as) educadores/as estamos aqui para mostrar que o continente africano é vasto de cultura e de conhecimentos, prontos para serem valorizados e mostrados de forma positiva, como também muita desta cultura está interligada com a nossa, como a autora vai evidenciar:

Conhecer a África, sua cultura, sua história e a história do povo africano passa a ser um canal de novas interpretações das importantes contribuições que o povo africano deixou para a cultura brasileira (BENEVIDES, 2015, p. 03).

Desse modo, podemos ver que a partir deste conhecimento entendemos de fato como compreender a cultura africana, pois em muitos livros infantis podemos ver os orixás e entender o significado de cada um deles, que são representados pela força da natureza, as ilustrações são bem coloridas e os personagens parecem super heróis, deixando muito mais atrativo para os

pequenos, podemos ver também a questão da ancestralidade que sempre está presente e atrelada a cultura africana. Seguindo esta linha de pensamento a autora enfatiza:

Caracterizados por atribuir aos animais formas peculiares aos seres humanos, esses contos chamam a atenção por seus mistérios e animações, além de sempre trazer um ensinamento no final e descrever o início de todas as coisas da natureza. (BENEVIDES, 2015, p. 6).

Destacando a relevância da literatura afro-brasileira, pois se trata de um recurso educacional para ser utilizado dentro de sala de aula para engercer currículo escolar, tudo isso de uma forma lúdica, pois estamos lidando com educação infantil e estes livros bem ilustrados e coloridos se tornaram ferramentas pedagógicas para a efetivação do ensino a cultura africana e afro-brasileira.

4.1 O Afroletramento: Prática pedagógica antirracista na sala de aula

Neste capítulo, gostaria de fazer uma análise sobre o afro-letramento como um recurso pedagógico que pode ser utilizado em sala de aula, com a finalidade de trazer novos meios pedagógicos afrocentrados que os mesmos tragam sentimento de pertencimento para as crianças negras, para as brancas e mestiças que saibam que os seus antepassados eram povos africanos e que somos fruto dessa mistura racial. Dessa forma, devemos conhecer esta cultura que se correlaciona com a nossa e valorizá-la como silva acrescenta:

Conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira, deve ser o objetivo específico da introdução nos currículos do tema transversal Pluralidade Cultural e Educação, que considero universal, pela sua abrangência e importância social (SILVA, 2005, p. 21).

Gostaria de retomar ainda, sobre a questão dos índices de analfabetismo e do percentual de pessoas negras que se sobressai em relação às brancas, segundo o IBGE⁷, o que mais impacta negativamente e nos remete a uma série de questionamentos sobre os motivos que poderiam levar as crianças negras para longe da escola, gostaria de pontuar a questão da

⁷ AUTORIA DESCONHECIDA. Conheça o Brasil - População. Educação. **IBGE Educa**. Disponível em: <[https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20para,\(3%2C6%25\)](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20para,(3%2C6%25)>)>. Acesso em: 08 jun. 2023.

representatividade negra dentro da escola, e sua importância para que este aluno(a) permaneça dentro do âmbito escolar.

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. (SILVA, 2005, p. 21).

A partir deste fato podemos pensar, que esta representatividade negra no livro didático, durante muito tempo foi posta de uma forma totalmente equivocada, onde para se referir a esta pessoa precisa-se mencionar sua etnia, já a pessoa branca não necessita desta utilização. Dessa forma, podemos considerar como se sentem estes alunos(as) negros(as) quando tem de se deparar com estas situações, de não se verem representados de uma forma positiva no livro didático, nós paradidáticos, nos filmes, nas poesias.

Como resultado das lutas dos movimentos sociais negros, alguns perceptíveis elementos da realidade podem ser percebidos, inclusive, no campo da alfabetização e letramento, no qual nos deparamos com o Afroletramento que poderia ser caracterizado como uma vertente do letramento, mas com a finalidade específica de fazer reflexões e críticas acerca do uso do mesmo para discursos eurocêntricos que maximizam ainda mais práticas racistas e xenofóbicas contra minorias. Para melhor exemplificar, Nascimento (2010) pontua:

Nesta abordagem, o Letramento é compreendido como um complexo processo relativo ao uso social das múltiplas e interpenetradas linguagens. Ou seja, não diz respeito somente ao uso da Leitura e da Escrita como desempenho técnico, mas das contraditórias práticas sociais de Leitura e de Escrita numa sociedade hierarquizada, e em especial no que se refere aos grupos subalternizados. Um efeito perverso de um Letramento excludente e centrado nas assimetrias é o de se promover a ideia da incapacidade de acessar, produzir, alterar os padrões linguístico-discursivos reconhecidamente aceitos e valorizados pelo uso social que as elites fazem do Letramento como instrumento de propagação dos privilégios (NASCIMENTO, 2010, p. 3-4).

Desse modo, podemos ver a efetivação do processo de letramento como sendo muita das vezes um processo excludente em discursos, textos e palavras que em suma são reflexos de uma sociedade eurocêntrica que impõe padrões e normas escritas.

O Afroletramento entra em cena para mostrar que a população negra pode sim estar atuante neste código escrito e trazer palavras e significados que conversem de fato com eles, trazendo suas narrativas e perspectivas negras para a educação de modo geral, para uma educação que aborde de forma correta as questões de cunho racial, principalmente na educação infantil, criando novas possibilidades, dentre elas a literatura afro-brasileira que é dos principais enfoque desta pesquisa. Nesta mesma linha de pensamento a autora Gomes pontua:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, e entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores (GOMES, 2005, p. 147).

Dessa maneira, podemos perceber que de fato é importante conhecer, estudar e dialogar sobre as questões sociais e raciais dentro do âmbito escolar, pois como foi dito a escola poderia se caracterizar como um ambiente onde deveria possibilitar e fazer o levantamento destas discussões entre os(as) alunos(as), a fim de compreender o que eles pensam sobre as relações étnico-raciais, a partir deste conhecimento poderíamos partir para a valorização da mesma atrelada com o afro-letramento.

O afro-letramento pode e deve ser utilizado como uma prática pedagógica que ampara, valoriza e apresenta questões de cunho raciais como os autores Felipe e Zappone evidenciam: “...o Afroletramento surge como estratégia discursiva de empoderamento e dessubalternização do indivíduo negro...” (2019, p. 08) Dessa forma, este recurso pedagógico está disponível para os educadores(as) fazerem uso da mesma a fim de utilizar estas novas vertentes de ensino que melhor apresenta estas questões raciais que geralmente são abordadas de formas negativas, e quando são faladas, então este recurso servirá se aparato para a população negra, a fim de descolonizar este currículo como também a sociedade.

Podemos compreender ainda sobre Afroletramento como uma espécie de desconstrução de uma vertente do letramento, onde geralmente é construído epistemologias e conceitos que só reforçam a superioridade branca e elitista, e o Afroletramento vem para criar uma nova vertente e desconstruir estas visões como a autora traz:

Compreende-se o Afro Letramento como um lugar de agenciamento de poder capaz de, além de promover a diversidade, promover o letramento numa perspectiva afrocentrada 1. Esta diz respeito ao descentramento do etnocentrismo que construiu, impôs e perpetuou modelos e essencialismos (NASCIMENTO, 2010, p. 04)

Logo, temos o dever como pesquisadores e estudantes de buscar metodologias de ensino, de perspectivas diferentes como o afro letramento que narram novas rotas no âmbito

educacional, possibilitando um diálogo que converse com todos/as. E promova um conhecimento onde, o negro entenda que pode ocupar o papel principal da história.

O Afro letramento se faz uma nova vertente do letramento, mas como uma perspectiva afrocentrada como a autora Nascimento, (2010, p.04) “...buscar-se-á construir o Afro Letramento como autodeterminação do educador brasileiro, reconhecendo as contribuições de matrizes africanas e com o desafio de não se cair nos essencialismos”.

Dessa forma, podemos perceber sobre o Afroletramento pode ser considerado como uma imersão na ancestralidade no nosso povo, resgatando práticas, saberes, experiências, visões de mundo e agregando sempre estas contribuições a nossa educação, o que vai gerando uma valorização desta cultura negra, juntamente com a nossa que é também fruto desta diversidade. Para exemplificar de uma melhor forma a autora fala:

A afrocentricidade, enfim, é ambivalente porque se por um lado refere-se ao legado da tradição africana, também se refere à metodologia multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar dos estudos neste campo, ou seja, a afrocentricidade coloca o complexo cultural de matriz africana e a diáspora como eixo de empoderamento, articulação e de reflexão sobre este mesmo legado (NASCIMENTO, 2010, p. 05).

Dessa forma, podemos pensar Afroletramento para além de uma importante ferramenta pedagógica, como um instrumento de empoderamento para a população negra, que luta diariamente contra todas as formas de preconceitos e discriminações que lhes são cometidas e desse modo esta linguagem do letramento poderia servir para ampliar a visão das pessoas acerca das contribuições da população negra para todos os setores econômicos, sociais, culturais e educacionais, e assim trazer uma percepção diferente e que converse de fato com todos os indivíduos, como a autora trará em sua obra:

O que está em questão como o Afroletramento não é apenas o aparelhamento da técnica da Leitura e da Escrita com a alfabetização pelos grupos historicamente subalternizados, mas a possibilidade do uso social e político da Leitura e da Escrita como estratégias de dessubalternização desses mesmos grupos, bem como a possibilidade de “quebrar” com a hegemonia etnocêntrica que “construiu” a subalternidade e as assimetrias. É hipótese desta abordagem que o Afroletramento se constitui como um “lugar” de encenação dos processos identitários e de identificações capazes de dessubalternizar as contribuições de matrizes africanas e de promover práticas de compartilhamento em sala de aula; é possível ainda que, ao propor o Afroletramento docente, o(a) professor(a) possa igualmente, letrar-se no mosaico de referencialidades de matriz africana ao ler os orikis², os adinkras³, as máscaras, as linhagens, as encenações, as identidades, as identificações - as mosaicas africanidades. (NASCIMENTO, 2010, p. 5).

Portanto, reconhecendo esta forma de ensino poderemos renovar e reinventar novas práticas pedagógicas, novas palavras afrocentricas, discursos, resgatando e valorizando conteúdos desenvolvidos a partir de África e de suas múltiplas contribuições para nossa cultura. O Afroletramento não vem para anular outras metodologias de ensino e sim para agregar novas perspectivas afrocentradas no âmbito educacional, valorizando o negro e colocando como papel principal e não mais como um mero coadjuvante nessa história. Dando continuidade a esta linha de pensamento os autores Felipe e Zappone destacam:

Algo que explicaria o processo de marginalização da cultura africana e dos negros, excluindo-os do processo civilizatório e da produção de saberes ao longo da História. Por conseguinte, é preciso recolocar os “lugares africanos” e evidenciar homens e mulheres protagonistas nos diversos processos de produção de conhecimento (FELIPE, ZAPPONE, 2019, p. 16-17).

Quando falamos em Afroletramento, logo surge questionamentos acerca de como poderemos começar a construir estes conhecimentos em sala de aula, uma das possibilidades para se trabalhar seria a literatura afro-brasileira, que dialoga com questões raciais, coloca ainda o negro como papel principal, trazendo assim representatividade aquelas crianças negras, valorizando e trazendo conhecimento a cultura afro-brasileira. Ainda sobre estas esferas da afrocentricidade e empoderamento, que falamos acima, a autora afirma:

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar de empoderamento. O empoderamento, termo cunhado por Paulo Freire, diz respeito à consciência social e ao compromisso de promover a participação nos espaços de decisão. Essa prática ultrapassa o âmbito individual, sem dele prescindir. Mas em se tratando da formação do professor, e de suas práticas de Leitura e de Escrita sobre as africanidades, é fundamental promover estratégias de empoderamento na perspectiva afrocentrada para que se possa garantir não somente acesso aos bens simbólicos e/ou sociais de privilégios, mas de valoração e de valorização das africanidades para a emergência de novos agentes políticos nas relações socioeconômicas (NASCIMENTO, 2010, p. 6).

Desse modo, podemos ver que o empoderamento da população negra é essencial, levando em consideração as formas de preconceitos, racismo e discriminações cometidos. A partir dessa educação afrocentrada poderemos preparar estes indivíduos para atuar em sociedade, reconhecendo as lutas da população negra, desafios, perspectivas educacionais, contribuições e etc. Assim formar pessoas com consciência social, e que se mostrem atuantes nas questões raciais.

4.2 Experiências antirracistas na sala de aula de educação infantil

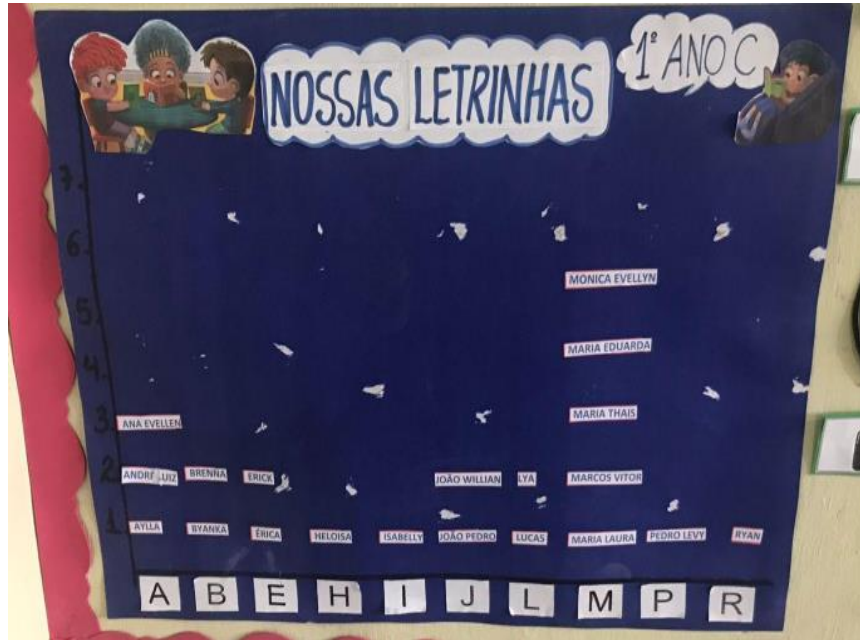
Neste capítulo descrevo brevemente algumas experiências em sala de aula, em uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Boanerges Jacó, que se localiza no município de Barreira-ce, A escola possui um espaço limitado, são 10 salas de aula com aproximadamente cerca de 600 alunos(as) divididos entre turnos, manhã e tarde. A equipe conta com 28 professores/as que são divididos por áreas de conhecimento. A serie escolhida foi o 1º ano com aproximadamente de 28 a 30 crianças na sala, a turma era um pouco agitada, e tínhamos uma criança autista também mas a mesma possuía outra professora para lhe dar apoio.

A referida escola foi onde fiz meu último Estágio Supervisionado que foi das séries iniciais do ensino fundamental nos países da integração, que me possibilitou a rememorar a questão da alfabetização e do letramento e me fez querer percorrer por outra vertente do letramento que seria o Afroletramento e a partir dessas experiências pude rever minhas práticas pedagógicas e a realidade escolar, mesmo com a vigência da Lei 10.639/03.

Portanto, gostaria de elencar algumas experiências pessoais dentro do âmbito escolar, com a finalidade de exemplificar como foram as tentativas de implementação da lei 10.639/03 em uma escola do município onde moro. Para início gostaria de destacar que realizei entrevista, conversei e olhei a escola como um todo, em uma tentativa de achar alguns resquícios da lei na instituição.

Através de algumas buscas infelizmente achei apenas três livros, dois que falam sobre questões raciais e que são livros de literatura infantil, dentre eles “Menina bonita do laço de fita.” de Ana Maria Machado, este livro inclusive não é da escola e sim de uma professora, o que chama atenção que até esta literatura que é tão conhecida não faz parte do arsenal desta instituição e o livro “E pele tem cor?” mas acredito que não sejam considerados literatura afro-brasileira, pois não fala de África, estes livros trazem a temática da valorização identitária do negro o outro livro “o Tupi que você fala.” chamou-me atenção que fala sobre algumas palavras indígenas e que estão no nosso vocabulário e que por muitas vezes é desconhecido, e estas palavras são herança dos povos indígenas fazendo parte da nossa cultura. Para além dos livros de literatura, observei ainda cartazes e trabalhos realizados, não consegui perceber nenhuma atividade realizada sobre raça ou algo do tipo. Nos cartazes consegui ver uma pequena imagem de personagens negros.

Figura 1 - Cartazes



Fonte: Própria autora (2023).

Figura 2 - Livros



Fonte: Própria autora (2023).

A partir destes levantamentos de dados acerca da aplicabilidade da lei na escola, comecei a perceber através dos diálogos que os discentes não possuem formação com relação a lei e que não conhecem de fato. O que nos remete a uma série de questionamentos dentre os quais como andam as formações destes professores/as e gestores que desconhecem a lei e sua importância no âmbito educacional, para melhor exemplificar Gomes (2003, p.169) ressalta: “...O MEC, a universidade, os centros de formação de professores, as escolas, enfim, todos se preocupam e concordam que é preciso hoje formá-los mais adequadamente tanto em seu percurso inicial quanto em serviço.” Não é atoa que a formação inicial de um professor vai contar bastante, se a grade curricular conseguiu abranger tudo aquilo que se necessita compreender para ser um bom profissional e para oferecer uma educação de qualidade, que

consiga abranger todos/as estudantes levando em consideração, raça, classe social, entre outros aspectos. Para melhor embasar estas questões que envolvem o processo de formação a autora Gomes fala:

A formação de professores/ras, sobretudo a que visa a diversidade, deveria considerar outras questões, tais como: como os/as professores/ras se formam no cotidiano escolar? Atualmente, quais são as principais necessidades formadoras dos/das docentes? Que outros espaços formadores interferem na sua competência profissional e pedagógica? Que temas os/as professores/ras gostariam de discutir e de debater no seu percurso de formação e no dia-a-dia da sala de aula? E que temáticas sociais e culturais são omitidas, não são discutidas ou simplesmente não são consideradas importantes para a sua formação profissional e para o processo educacional dos seus alunos? Será que a questão racial está incluída nessas temáticas omitidas ou silenciadas?(GOMES, 2003, p. 169).

Portanto, a partir destas indagações sobre os processos de formação podemos pensar que, lecionar é uma tarefa que inicia a partir dos estudos no curso, pois vamos tomando orientações sobre que tipo de educadores queremos ser, levando em consideração as experiências nos estágios, nas pesquisas, nas leituras sobre educação, nas conversas com estudantes, nas nossas memórias escolares. A partir desta tomada de reflexões e lembranças vamos conseguindo construir nossa identidade enquanto futuros/as professores.

Além de uma formação adequada, é preciso oferecer a estes docentes formações continuadas para quem já está atuando e que conseqüentemente possui mais experiências. Por isso devemos possuir uma educação que questione sobre os futuros métodos e campos de pesquisa que este futuro educador deseja tomar, para que se formem educadores que se preocupem com questões para além de conteúdos, que consigam educar pessoas no trato com questões raciais e sociais, que por muitas vezes acabam sendo silenciadas. Para melhor exemplificar o que foi falamos a autora Gomes ressalta:

Por isso, ao discutirmos a relação entre cultura e educação, é sempre bom lembrar que a educação não se reduz à escolarização. Ela é um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola, entre outros (GOMES, 2003, p. 170).

Quando falamos em educação podemos pensar em um processo de aquisição de conhecimentos, como também de valores que serão muito relevantes para um bom convívio entre os indivíduos. Como a autora Gomes (2003, p. 170) traz: “A escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe

e de idade.” Desse modo, podemos entender que a formação de professores se faz essencial, e o docente é responsável no repasse de todas estas aprendizagens, relacionadas a conteúdos específicos e/ou a valores sociais que farão diferença.

Sobre a questão de reprodução de preconceitos na escola pude experienciar uma situação no estágio em que o aluno pediu a um colega o lápis “cor-de-pele” que era o lápis rosa claro, nesse momento a professora está perto e resolveu intervir nesta situação, pegou o lápis e aproximou de sua própria pele, que era negra e perguntou, esse lápis se parece com a cor da minha pele? E ele disse que não e ela pediu para ele escolher um outro lápis que se parecesse com o tom de pele dela, ele escolheu o marrom pois era o mais parecido com o tom da pele daquela professora, ela também explicou que aquele lápis não poderia ser chamado “cor-de-pele” pois as pessoas não possuem somente um tom de pele, o menino ficou pensando e parece que conseguiu entender. Esse tipo de situação aconteceu outras vezes mesmo com esta intervenção feita, isto se dá pelo fato de que as práticas racistas estão enraizadas que eles não percebem o que estão falando, ou mesmo só reproduzem o que aprendem em casa. Sabemos ainda que essas desconstruções sobre as formas de racismo são um processo, como também a aceitação identitária da pessoa negra, como Gomes irá destacar a idéia de que:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos, nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2003, p. 171).

Partindo destes inquietamentos sobre formação de professores, e que nessas formações se trabalham questões étnicos raciais para que se consiga ampliar estratégias educativas para sala de aula, para quando nos depararmos com questões como a referida anteriormente possamos saber como agir, pois são situações corriqueiras em sala de aula e se o docente não souber como resolver, poderá agravar ou continuar reproduzindo este racismo institucional.

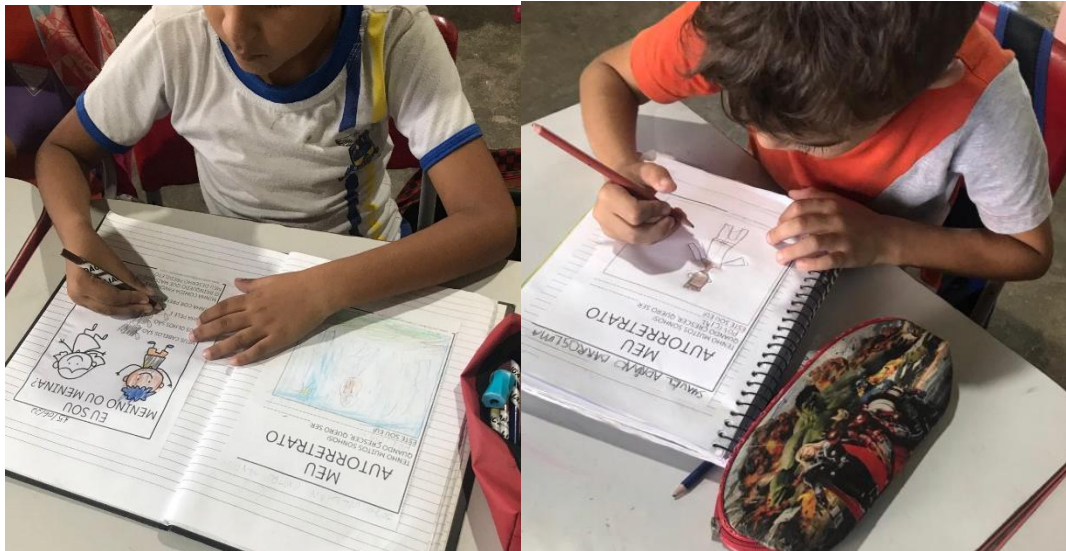
Desse modo, comecei a pensar sobre como trabalhar estas questões sobre cor da pele e peguei o livro “E pele tem cor?” que fala sobre um menino que ver várias cores no mundo e ama cada uma delas, ele ainda cria nomes para elas, uma vez seu colega lhe pede o lápis cor de pele e o garoto fica sem saber qual seria esta cor, pois quando ele olhava para seus colegas conseguia ver várias cores de pele, e assim no seu desenho ele ilustra a todos os colegas de cores diferente, trazendo assim representatividade. Realizei uma contação de histórias com a turma do 1ºano do fundamental, fiz algumas perguntas sobre a história, o que você achou? Nós

temos a mesma cor de pele? O que você achou da atitude do garoto? Eles disseram que gostaram bastante da história, que nunca havia sido contada mesmo estando em sala à disposição dos estudantes. Com relação sobre a cor de pele da turma eles disseram que possuíam cores diferentes e eu peguei novamente o lápis rosa claro e enfatizei que o mesmo não consegue representar todas as cores de pele que existem, e que eles podem utilizar outras cores.

Logo, realizamos uma atividade que tem por objetivo trabalhar sobre percepção identitária, pedi para que eles dissessem qual a cor dos seus olhos, dos cabelos, da pele para começarem a construir sua identidade de acordo com suas características físicas. É importante que o docente promova estes momentos para que ele/a perceba suas características e a dos outros como a autora Gomes (2003, p.171) “A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.” Este é um processo, mas que se trabalhado desde cedo, poderá render bons frutos, pautados no respeito e na igualdade, como também na valorização da identidade da população negra. Solicitei ainda que os estudantes realizassem um auto retrato, para que eu conseguisse visualizar como eles estavam se enxergando após a história e as conversas.

Figura 3 - Atividades

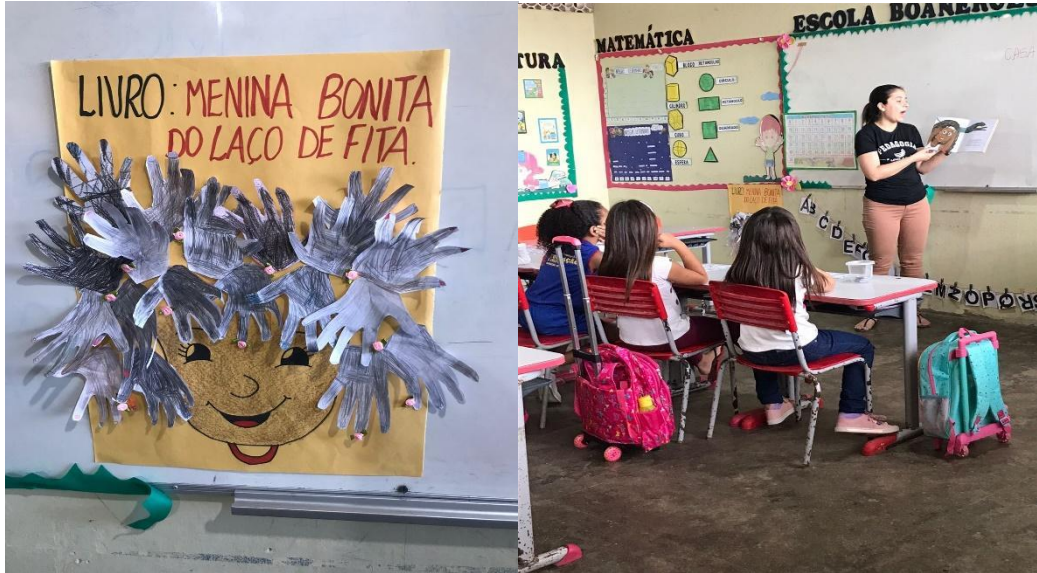




Fonte: Própria autora (2023).

Em outro dia peguei a história “menina bonita do laço de fita” que no momento era um dos livros que consegui na escola, que falava sobre a questão racial, em uma tentativa de valorizar a beleza da menina negra. Tivemos a contação da história, depois conversamos um pouco sobre a mesma, o que chamou mais atenção? Você gostou? Existe alguém da sala parecida com a menina bonita do laço de fita? Eles disseram que gostaram da história e que na sala havia algumas colegas parecidas, mas nenhuma se prontificou a dizer que era parecida, os meninos ficaram falando por algumas meninas possuírem cabelos cacheados, ou terem a pele negra ou os dois, mas elas se mantiveram quietas. Realizei uma atividade coletiva em que eles pintaram as mãos de preto para formar os cabelos da personagem, desenhamos as mãos em uma folha, depois eles iam pintando e solicitei que a cor seria preta, percebi muita resistência para usar o lápis preto, mas eles não sabiam me falar o porquê, pedi novamente e eles foram pintando e conseguimos realizar o cartaz que ficou bem bonito. O objetivo principal seria justamente começar a trabalhar a questão do cabelo, da cor preta para ir tentando trazer uma familiaridade, como também a questão da construção da identidade.

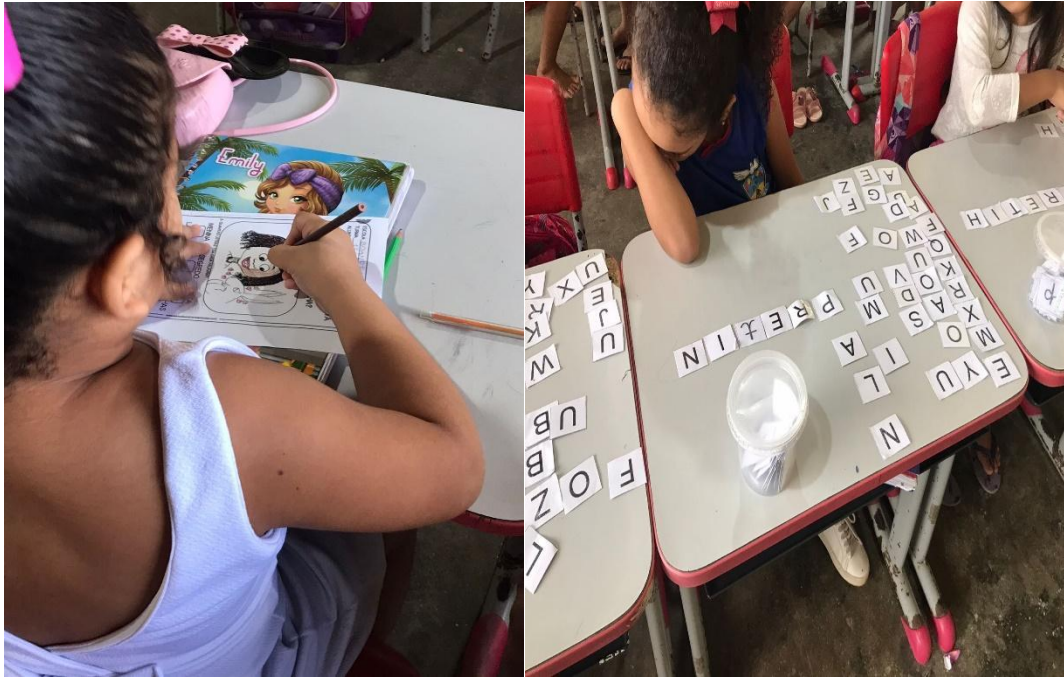
Figura 4 - Atividades



Fonte: Própria autora (2023).

Desse modo, realizamos mais algumas atividades inundo alfabetização e letramento com as questões raciais, então eu solicitei que os estudantes fizessem uma pintura e depois enumerassem as letras das palavras-chaves e eles assim fizeram. A atividade foi tranquila e eles começaram a usar o marrom e isso já é uma evolução. Solicitei ainda que eles montassem algumas palavras com o alfabeto móvel, que eram palavras-chaves da história.

Figura 5 - Atividades



Fonte: Própria autora (2023).

Portando, analisando estas literaturas e suas problemáticas, comecei a perceber que mesmo tentando se trazer a questão racial, os personagens principais que narram a história das duas eram brancos, o que acabou deixando os personagens negros como subalternos em uma literatura que eles eram para ocupar o papel principal. Infelizmente este era o reflexo destes livros, mas o foco principal foi bem sucedido, que se aplicavam nas atividades para trabalhar o reconhecimento e/ou aceitação do cabelo, pele, cor dos olhos e etc. Entretanto buscamos trazer um empoderamento da população negra, através destas atividades e destas literaturas infantis. Gostaria de salientar também que tentei trabalhar como que se tinha na escola, me desafiando a trazer conteúdos de cunho racial com os recursos que existiam na instituição, para que fosse me preparando para enfrentar os desafios presentes, que incluem falta de matérias, e a partir desta realidade possamos reinventar e adaptar as atividades a educação pública.

Desse modo, estas foram um pouco das minhas experiências no âmbito escolar, e a partir das mesmas pude refletir sobre minhas práticas pedagógicas, sobre meus conhecimentos literários, consegui perceber como dito anteriormente as literaturas utilizadas que tratavam de questões raciais acabavam reproduzindo preconceito e reforçando em suas narrativas personagens brancos com o papel principal, e os personagens negros como coadjuvantes em uma história que precisa ser contada por eles/as e assim assumir o papel principal. A partir desta

experiência tentarei ser mais seletiva na hora de escolher as literaturas para se trabalhar em sala de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, pude perceber que o Afrotramento, como a literatura africana e afro-brasileira são grandes aliadas quando falamos de educação infantil, são campos de conhecimentos novos, que estão sendo estudados a fim de trazer novas narrativas negras, com diferentes perspectivas sobre ancestralidade, sobre o conhecimento e a valorização da identidade negra.

Como sabemos para que isso aconteça, é necessário uma formação pautada nestes meios pedagógicos afrocentrados, como também conhecer a Lei que assegura que estes conteúdos africanos e afro-brasileiros serão repassados para os/as estudantes, de uma forma positiva, para que assim haja uma tentativa de descolonização no currículo escolar.

Desse modo, podemos pontuar ainda mediante a pesquisa e com algumas experiências no âmbito educacional, pude ver que um dos fatores que mais favorece com que o conhecimento da Lei 10.639/03 não se torne conhecida, um dos possíveis fatores poderia ser a questão da formação de professores, onde existem casos de profissionais mais antigos que acabaram se formando antes da existência da Lei, e em suas grades curriculares não existia disciplinas com estas temáticas, e/ou ainda podem não procurar se informar sobre estas pautas raciais, como também a falta de formações, palestras e oficinas para estes profissionais se atualizarem mediante a estes meios pedagógicos afrocentrados. Os profissionais em que tive contato eram estes mais antigos, e que não possuíam conhecimento acerca da Lei, e como fui informada não dispunham de formações voltadas a estas questões raciais, muito menos tinham materiais como por exemplo livros de literatura negra, africana e afro-brasileira.

Contudo, concluo falando que a realidade da educação pública é muito desafiadora, para nós enquanto educadores/as que buscamos apresentar novas metodologias de ensino para os(as) estudantes, a fim de atualizar este currículo educacional que é eurocêntrico, e nós enquanto futuros/as educadores/as que somos fruto da Universidade da Integração Lusofonia Brasileira (Unilab) não podemos nos conformar com o presente currículo, sem ao menos tentar modificar estas relações etnico-raciais dentro da escola, pois possuímos uma grade curricular muito rica e diversificada que deve ser utilizadas em nossas futuras linguagens pedagógicas, como o Afrotramento que é o enfoque desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Rebeca; MEIJER, Silva. A formação docente afrocentrada da Unilab: o saber docente ancestral no ensino de didática nos países da integração. In: **Debates em Educação**, v. 11, n. 23, p. 598-611, 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6217>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

BENEVIDES, Clevania Almeida. Contos e fábulas na cultura africana: sensibilizando nossas crianças a enxergarem mais longe. In: Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas, 2015, Teresina. **Anais**. Teresina: UESPI, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do país. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CÂNDIDO, Antônio. A literatura e formação do homem In: **Textos de Intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/Editora, v. 34, 2002.

FELIPE, Luiz Carlos; ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi. Afrolettrar o letramento para enegrecer o currículo. **Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários**, v. 37, p. 9-23, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/terraoxa/article/view/33484>. Acesso: 08 abr. 2023.

FERREIRA, S. R.; OLIVEIRA, T. Práticas de Letramento Griô: Contação de histórias e antirracismos. **Revista África e Africanidades**, v. XIII, p. 7-20, 2020.

FIGUEIREDO, Luciana Araújo; DO VALLE PEREIRA, Jacira Helena. Educação, identidade e infância negra. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, v. 3, n. 6, p. 7-20, abr. 2006. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/276>. Acesso: 08 abr. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal, n. 10.639/03**. 2012. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutouniba.nco.org.br/cedoc/detalhe/alguns>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: **Superando o racismo na escola**, v. 2, p. 143-154, 2005. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5669850/course/section/6059970/nilma%20gomes%20-%20texto%20b%C3%AAsico.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 01, p. 167-182, 2003.

Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000100012&script=sci_abstract>. Acesso em: 20 mar. 2023.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista brasileira de educação**, n. 15, p. 134-158, 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000300009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

KLEIMAN, Angela B. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 217-241, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a02.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2023.

LIMA, Alexandre de Araújo et al. Superando o racismo na escola. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 2, n. 2, p. 106-115, 2019. Disponível em: <[http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/MUNANGA%20K%20-%20Superando%20o%20Racismo%20na%20Escola%20\(sem%20capa\).pdf](http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/MUNANGA%20K%20-%20Superando%20o%20Racismo%20na%20Escola%20(sem%20capa).pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MOURA, D. C.; GUIMARÃES, E. S.; DANTAS, R. M. Literatura africana e afro-brasileira na educação infantil: reflexões sobre a construção da identidade das crianças negras. In: MOURA, D. C. de. (Org.) **Educação e relações raciais em escolas públicas: o que indicam as pesquisas?** Recife: Ed. Universitária da UFPE, v. 1, p. 149-174. 2013.

NASCIMENTO, Elisabete. **Afroletramento docente**. 2010. Disponível em: <<https://afrocentricidade.wordpress.com/2010/10/26/afroletramento-docente/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PEREIRA, João Baptista Borges. A criança negra: identidade étnica e socialização. **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, p. 41-45, 1987. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741987000400007&script=sci_abstract>. Acesso em: 08 maio 2023.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

SOUSA, Andreia. **Currículo, escola e identidades**: cultura Afro-brasileira em livros paradidáticos.. MEC/SECARD, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15741987000400007&script=sci_abstract>. Acesso em: 08 abr. 2023.

UNILAB. **Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia**. Redenção, CE: UNILAB, 2014.